

REQUERIMENTO

No passado dia 12 de Dezembro de 2010, na cidade do Mindelo, Ilha de S. Vicente, em Cabo Verde foi assinado um acordo internacional que instituiu a Região da Macaronésia constituída pelos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde.

Na assinatura do acordo, subscrito por Portugal, os Açores enquanto Região portuguesa integrante desta entidade multinacional foi representada pelo senhor Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

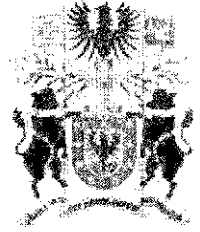
Este acordo traz implicações de grande alcance, abrindo áreas de cooperação tão vastas e relevantes como a política energética, a política marítima, a política de transportes e comunicações, a segurança, as políticas ambientais, a política de turismo e a as tecnologias de informação.

O Governo Regional deve desenvolver as relações internacionais da Região sob orientação e fiscalização da Assembleia Legislativa Regional, tal como está estabelecido no nº1 do artigo 123º do Estatuto Político-Administrativo. Parece, por isso, inadmissível que o Governo não tenha informado nem envolvido o Parlamento, sob nenhuma forma, num acto tão significativo.

Considerando que o Grupo Parlamentar do PS e o Governo regional se opuseram à criação de um AECT nos moldes e com os membros que integram esta nova Região Atlântica e multinacional com o argumento de que os interesses da Região poderiam ser afectados no quadro dos apoios às Regiões Ultraperiféricas, a assinatura deste acordo surge agora como contraditória do argumento anteriormente apresentado.

Considerando, por fim, que é importante que o Poder Legislativo esteja devidamente informado da actuação do Governo Regional em matéria de relações externas,

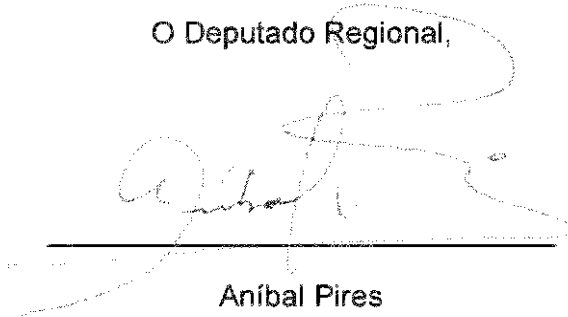
a Representação Parlamentar do PCP Açores ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo a seguinte informação:



- Qual o quadro jurídico institucional ao abrigo do qual foi criada a Região da Macaronésia?
- Quais os objectivos principais e o plano de trabalho do representante dos Açores na Comissão Técnica Conjunta estabelecida no dito Acordo?
- Pretende o Governo trazer o acordo assinado para conhecimento e apreciação do Parlamento Regional?

Ponta Delgada, 10 de Fevereiro de 2011

O Deputado Regional,



Aníbal Pires

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 0555	Proc. Nº <i>54.04.00</i>
Data: <i>01/02/10</i> Nº <i>422.1K</i>	